



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Contrato Nº Contrato nº 099/2018 - EXLBR TECNOLOGIA / 2018

CONTRATO TRE-PI Nº 099/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO, PACOTES DE CORREÇÃO E DE ATUALIZAÇÕES DO SOFTWARE ALEPH 500 FIRMADO ENTRE O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ E A EMPRESA EXLBR TECNOLOGIA SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI.

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, sob o nº 05.957.363/0001-33, situado à Praça Des. Edgar Nogueira, S/N – Centro Cívico, bairro Cabral, em Teresina – PI, neste ato representado por seu Secretário de Administração, Orçamento e Finanças, **Sr. JOHNNY WELLINGTON CHAVES DE ANDRADE E SILVA**, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 386.867.163-34, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria TRE-PI nº 1523/2018, publicada no Diário Oficial da União nº 243, de 19/12/2018, Seção 2, pág. 61, em sequência designada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **EXLBR TECNOLOGIA SOLUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 07.475.870/0001-66, estabelecida na Rua Vieira de Moraes, 420, Conjunto 64, Campo Belo, São Paulo–SP, CEP: 04617-000, Fone/fax: (11) 5533-5335/ (11) 5093-3710, neste ato representada por sua Diretora, Sra. **Letícia Prestes Caldas**, portadora da Carteira de Identidade nº 30.476.874-25, CPF nº 634.279.230-53, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA** têm, entre si, justo e avençado, o presente **CONTRATO**, diretamente, por **inexigibilidade de licitação**, em conformidade com o art. 25, I, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como nos termos do **Processo SEI nº 0012201-46.2018.6.18.8000** e ainda mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação dos serviços de suporte técnico, pacotes de correções e das atualizações do Software ALEPH 500, 1 (uma) licença de acesso para 1 Sub-Biblioteca, 2 (duas) licenças de acesso para usuários Staff e 2 (duas) licenças de acesso para usuários OPAC Web a ser aplicado no âmbito do TRE/PI, no Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas, conforme estabelecido no Projeto Básico anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Deverão ser prestados os seguintes serviços de suporte técnico e manutenção, relacionados à versão atual do ALEPH 500:

- a) Suporte técnico e assistência na solução de erro;
- b) Consultoria, assistência e assessoria com relação a dúvidas técnicas levantadas pelo TRE/PI, relacionadas ao uso do ALEPH;
- c) Consultoria sobre o uso do ALEPH, a qualquer tempo, fornecida por telefone ou correio eletrônico;
- d) Serviços de manutenção do banco de dados ALEPH;
- e) Customização das funções padrão do sistema para uma configuração adequada ao TRE/PI;
- f) Implantação de novas versões do software;
- g) Treinamento remoto (via internet) nas novas funcionalidades das novas versões, sem qualquer custo ao CONTRATANTE;
- h) Manutenção corretiva do sistema.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de servidor indicado como responsável para tal fim ou de seu substituto, solicitando a imediata correção de eventuais irregularidades que venham a surgir;
- b) Fornecer os equipamentos necessários à prestação do serviço pela CONTRATADA;
- c) Comunicar à CONTRATADA as alterações que entender necessárias à realização do objeto do presente Contrato;

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços conforme disciplinado neste contrato, com zelo e perfeição, acatando as determinações da fiscalização do CONTRATANTE, sem prejuízo de sua própria fiscalização;
- b) Responsabilizar-se integralmente pela boa execução dos serviços contratados, bem como pelo cumprimento dos demais termos contratuais e legislação correlata vigente;
- c) Responsabilizar-se por todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE, inclusive o transporte. Assim como também todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Contrato serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;
- d) Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data do recebimento da

Ordem de Serviço;

- e) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE na prestação do serviço;
- f) Prestar todas as informações acerca dos serviços, sempre que forem solicitadas pelo CONTRATANTE;
- g) Disponibilizar em dias úteis, durante o horário comercial, de 8 às 18hs, uma “central de atendimento por telefone e correio eletrônico”, voltada à abertura de chamadas para assistência técnica, com a finalidade de solucionar dúvidas e problemas operacionais;
- h) Enviar, por meio de correio eletrônico ou ligação telefônica, a confirmação do chamado em, no máximo, 2 (duas) horas, sujeitas ao horário comercial;
- i) Atendimento *on-site* para realização de manutenções corretivas e resolução de problemas de instalação, conflitos com o ambiente operacional, dúvidas e outras questões não resolvidas via suporte telefônico e correio eletrônico. Solução no prazo de 48 horas (quarenta e oito) corridas, contadas após a abertura do chamado;
- j) Emitir relatórios dos serviços executados, se solicitado pelo Tribunal;
- k) Manter durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas para contratação com a Administração Pública;
- l) Apresentar todos os documentos emitidos em língua estrangeira acompanhados de tradução para língua portuguesa.
- m) Suporte remoto e local, o que dependerá da necessidade do TRE/PI, referente à operação do sistema.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente do objeto deste Contrato correrá à conta do Programa de Trabalho nº 02.122.0570.2272.0001 – Julgamento de Causas e Gestão e Administração, sob o Elemento de Despesa 3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Telecomunicação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela prestação dos serviços objeto deste contrato, a quantia mensal de **R\$ 477,40 (quatrocentos e setenta e sete reais e quarenta reais)**, totalizando **R\$ 5.728,80 (cinco mil, setecentos e vinte e oito reais e oitenta centavos)**, conforme proposta de preços anexa, condicionado o pagamento ao cumprimento do disposto no contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado após a certificação da prestação dos serviços pelo Gestor do Contrato, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias corridos da protocolização da nota fiscal no Protocolo Geral do TRE-PI;

PARÁGRAFO SEGUNDO - O CONTRATANTE se reserva o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação da nota fiscal/fatura por parte do Fiscal do CONTRATO, este verificar que os serviços foram executados em desacordo com a especificação apresentada;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstâncias que impeçam liquidação da despesa, aquela será devolvida para que a empresa providencie as medidas saneadoras;

PARÁGRAFO QUARTO - Nas hipóteses dos parágrafos segundo e terceiro acima, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e a reapresentação da Nota Fiscal/Fatura, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;

PARÁGRAFO QUINTO - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e previdenciária, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, atualização monetária ou aplicação de penalidade ao TRE-PI;

PARÁGRAFO SEXTO - Fica a empresa ciente que por ocasião do pagamento será verificada a situação da empresa quanto à regularidade perante o Fisco Federal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após o decurso de 12 (doze) meses, mediante prévia solicitação por parte da CONTRATADA, devidamente justificada e aceita pela CONTRATANTE, nos termos da Lei, com base no índice IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A Gestão e a Fiscalização do Contrato (Art. 2º, Inciso XII da Res. TSE nº 23.234/2010) deverá ser exercida por servidor designado para tal fim através de portaria, conforme Minuta contida no **Anexo III** do Projeto Básico (doc. SEI nº 0673875), cujas descrições e atribuições estão previstas nos subitens que seguem:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caberá ao Gestor do Contrato:

a) Coordenar e acompanhar toda a execução do contrato, verificando a prestação dos serviços de forma a assegurar o cumprimento do contrato, consolidando as informações repassadas pelo fiscal técnico do contrato;

b) Convocar o preposto da CONTRATADA a comparecer à unidade de vínculo da gestão do contrato, após a assinatura de contrato, para realizar a reunião de esclarecimento das obrigações contratuais, devidamente registrada em Ata, em que estejam presentes o gestor e fiscal técnico do contrato. Deverá ser estabelecido, ainda, cronograma de reuniões periódicas para garantir a qualidade da execução do contrato e os respectivos resultados, conforme disposto no art. 30 da Resolução TSE nº 23.234/2010;

c) Comunicar, formalmente, a Secretaria de Administração Orçamento e Finanças o descumprimento total ou parcial, por parte da contratada, das responsabilidades assumidas em contrato, indicando o

dispositivo descumprido e sugerindo as medidas julgadas necessárias à regularização das faltas observadas;

d) Atestar a prestação dos serviços para os fins de pagamento da fatura mensal encaminhada pela CONTRATADA, consubstanciada nos atestes da Fiscalização Técnica da contratação, quando estabelecido;

e) Autuar e instruir, mediante autorização, procedimento administrativo para tratar de vigência contratual, repactuações, reajustes, prorrogações e para apuração de irregularidade por descumprimento total ou parcial do pacto, bem como para as demais situações ligadas à execução contratual;

f) Manter atualizado o processo de execução do contrato, com as informações de ocorrências da execução do contrato;

g) Manifestar-se, formalmente, sobre aditivos e prorrogações do contrato;

h) Cumprir e fazer cumprir nesta contratação, as determinações insertas na Resolução TRE-PI nº 146/2008 e Resolução TSE nº 23.234/2010;

i) Registrar em livro e/ou arquivo digital as ocorrências encaminhadas pela fiscalização e da própria gestão, a fim de que se tenha o histórico de falhas porventura cometidas pela CONTRATADA e as providências da gestão e fiscalização do pacto para o saneamento das mesmas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caberá ao Fiscal Técnico do Contrato:

a) Fazer-se presente no local da execução do contrato;

b) Auxiliar o Gestor na fiscalização da execução do contrato;

c) Comunicar ao Gestor sempre que necessário ou quando observar qualquer descumprimento na execução do contrato;

d) Observar as determinações insertas na Resolução TRE/PI n.º 146/2008 e o disposto na Seção IX, Capítulo III da Resolução TSE 23.234/2010;

e) Atestar, em documento apresentado pela contratada, a correta prestação dos serviços.

f) Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho de suas atividades;

g) Registrar em Livro e/ou arquivo digital os eventos relacionados com a execução dos serviços contratados, determinando o que julgar necessário à regularização das faltas observadas.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato é de **12 (doze) meses**, contados a partir da data prevista na Ordem de Serviço a ser expedida pela Coordenadoria de Apoio Administrativo – COAAD, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de qualquer dos fatos estipulados no art. 65 da Lei

8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR INADIMPLEMENTO

Fundamentado no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto n.º 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do Tribunal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal contratado, a CONTRATADA que:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar na execução do contrato;
- d) fraudar na execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) cometer fraude Fiscal;
- g) fizer declaração falsa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fundamentado nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1- Advertência;**2- Multas de:**

2.1- 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total adjudicado em caso de **atraso no início da execução dos serviços**.

2.2- 10% (dez por cento) sobre o valor anual adjudicado, em caso de **atraso no início da execução do objeto**.

2.3- 20% (vinte por cento) sobre o valor anual adjudicado, em caso de **inexecução total da obrigação assumida**.

3- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-PI, se, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução do Contrato, nos seguintes prazos e situações:

Por até 6 (seis) meses	<ul style="list-style-type: none">1. Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos financeiros para o TRE-PI;2. Execução insatisfatória do objeto contratado, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência ou multa.
-------------------------------	--

Por até 2 (dois) anos	<ol style="list-style-type: none">1. Não conclusão dos serviços contratados;2. Prestação do serviço em desacordo com as solicitações do TRE-PI, não efetuando sua correção após solicitação do Tribunal;3. Cometimento de quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao TRE-PI, ensejando a rescisão do Contrato por culpa da CONTRATADA;4. Apresentação, ao TRE-PI, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de comprovar, durante a execução do Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
------------------------------	--

4- Declaração de inidoneidade quando constatada má-fé, ações intencionais com prejuízos para o TRE-PI, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao TRE-PI ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da Contratada de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, podendo ser aplicada, dentre outros casos, quando:

4.1- Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

4.2- Praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

4.3- Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o TRE-PI, em virtude de atos ilícitos praticados;

4.4- Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio do TRE-PI.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pelo TRE-PI, da garantia contratual ou cobradas diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no § 2º, art. 87, da Lei nº 8.666/93, e observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato, bem como a ocorrência de quaisquer das hipóteses configuradas no art. 78 da Lei n.º 8.666/93, ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades aplicáveis, assegurados, em todo caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente instrumento não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, sem anuência prévia e expressa da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

O presente Contrato encontra-se vinculado ao Processo SEI nº 0012201-46.2018.6.18.8000, em especial ao Projeto Básico nº 88/2018, elaborado pela Seção de Comunicação deste Tribunal, e a proposta encaminhada pela CONTRATADA, que, independente de transcrição, constituem partes integrantes e complementares deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos do presente instrumento serão dirimidos com aplicação da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como de legislação extravagante aplicável ao caso e dos princípios gerais do direito público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Para dirimir questões derivadas deste contrato, fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinadas pelas partes e testemunhas abaixo.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
Johnny Wellington Chaves de Andrade e Silva
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças

EXLBR TECNOLOGIA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Letícia Prestes Caldas
Diretora

Testemunhas:

Marcelo Augusto Maia
CPF: 903.960.223-91

Lucy Gabrielli Oliveira Simeão Aquino

CPF: 642.282.313-49

Anexos:

- Projeto Básico nº 88/2018 (0673875)

- Proposta de Preços (0673898)



Documento assinado eletronicamente por **Letícia Prestes Caldas, Usuário Externo**, em 07/01/2019, às 13:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lucy Gabrielli Oliveira Simeao Aquino, Analista Judiciário**, em 08/01/2019, às 08:38, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Johnny Wellington Chaves de Andrade e Silva, Secretário(a)**, em 08/01/2019, às 15:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Maia, Coordenador de Contratações e Patrimônio**, em 08/01/2019, às 18:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0711591** e o código CRC **17F0B4C5**.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**

Praça Desembargador Edgard Nogueira, S/Nº - Centro Cívico - Bairro Cabral - CEP 64000920 - Teresina - PI

Projeto

PROJETO BÁSICO N.º 88/2018

(Lei 8.666/93, art. 6º, IX)

SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO, PACOTES DE CORREÇÃO E DE ATUALIZAÇÕES DO SOFTWARE ALEPH 500**1 – OBJETO**

1.1 - Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de suporte técnico, pacotes de correções e das atualizações do Software ALEPH 500, 1 (uma) licença de acesso para 1 Sub-Biblioteca, 2 (duas) licenças de acesso para usuários Staff e 2 (duas) licenças de acesso para usuários OPAC Web a ser aplicado no âmbito do TRE/PI, no Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas.

2 – JUSTIFICATIVA

2.1 - O TRE/PI optou pelo Sistema ALEPH 500, pois tinha em vista o gerenciamento de seus documentos e informações, por meio de uma ferramenta disponível no mercado, reconhecidamente eficiente, que atendesse completamente os requisitos da Biblioteca do TRE/PI e que fosse capaz de integrar todas as bibliotecas da Justiça Eleitoral, o que possibilitaria a criação a Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral – Reje.

2.2 - A aquisição do produto significou ganhos de tempo e dinheiro em comparação ao desenvolvimento de uma solução própria, visto a complexidade da área de negócios e os recursos humanos disponíveis, no entanto, para o eficiente funcionamento do sistema ALEPH 500 no TRE/PI, no que se refere ao gerenciamento das informações, à rapidez no atendimento e ao aprimoramento das características da segurança, torna-se imprescindível a contratação de serviços de suporte, manutenção e a atualização do sistema ALEPH 500.

2.3 - A Reje é composta pelas bibliotecas do TSE e de 27 TREs que adquiriram licenças de uso do Sistema Aleph 500.

3 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

3.1 - Os seguintes serviços de suporte técnico e manutenção, relacionados à versão atual do ALEPH 500, deverão ser prestados:

3.1.1 – Suporte técnico e assistência na solução de erro;

3.1.2 – Consultoria, assistência e assessoria com relação a dúvidas técnicas levantadas pelo TRE/PI, relacionadas ao uso do ALEPH;

- 3.1.3** – Consultoria sobre o uso do ALEPH, a qualquer tempo, fornecida por telefone ou correio eletrônico;
- 3.1.4** – Serviços de manutenção do banco de dados ALEPH;
- 3.1.5** – Customização das funções padrão do sistema para uma configuração adequada ao TRE/PI;
- 3.1.6** – Implantação de novas versões do *software*;
- 3.1.7** – Treinamento remoto (via internet) nas novas funcionalidades das versões, sem qualquer custo à contratante;
- 3.1.8** – Manutenção corretiva do sistema.

4 – LOCAL DO SUPORTE AO PRODUTO

4.1 - Os serviços de suporte técnico e manutenção serão prestados à Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí, localizado na Praça Des. Edgar Nogueira, S/N, Centro Cívico, CEP: 64000-920, Teresina/PI.

5 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1** – Executar os serviços com zelo e perfeição, acatando as determinações da fiscalização da CONTRATANTE, sem prejuízo de sua própria fiscalização;
- 5.2** – Responsabilizar-se integralmente pela boa execução dos serviços contratados, bem como pelo cumprimento dos demais termos contratuais e legislação correlata vigente;
- 5.3** – Responsabilizar-se por todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, inclusive o transporte. Assim como também todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Projeto Básico serão de exclusiva responsabilidade da Contratada;
- 5.4** – Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço;
- 5.5** – Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela CONTRATANTE na prestação do serviço;
- 5.6** – Prestar todas as informações acerca dos serviços, sempre que forem solicitadas pela CONTRATANTE;
- 5.7** – Disponibilizar em dias úteis, durante o horário comercial, de 8 às 18hs, uma “central de atendimento por telefone e correio eletrônico”, voltada à abertura de chamadas para assistência técnica, com a finalidade de solucionar dúvidas e problemas operacionais;
- 5.8** – Enviar, por meio de correio eletrônico ou ligação telefônica, a confirmação do chamado em, no máximo, 2 (duas) horas, sujeitas ao horário comercial;
- 5.9** – Atendimento *on-site* para realização de manutenções corretivas e resolução de problemas de instalação, conflitos com o ambiente operacional, dúvidas e outras questões não resolvidas via suporte telefônico e correio eletrônico. Solução no prazo de 48 horas (quarenta e oito) corridas, contadas após a abertura do chamado;
- 5.10** – Emitir relatórios dos serviços executados, se solicitados pelo Tribunal;
- 5.11** – Suporte remoto e local, o que dependerá da necessidade do TRE/PI, referente à operação do sistema.
- 5.12** – Apresentar todos os documentos emitidos em língua estrangeira acompanhados de tradução para

língua portuguesa.

6- OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de servidor indicado como responsável para tal fim ou de seu substituto, solicitando a imediata correção de eventuais irregularidades que venham a surgir;

6.2- Fornecer os equipamentos necessários à prestação do serviço pela CONTRATADA;

6.3- Comunicar à CONTRATADA as alterações que entender necessárias à realização do objeto do presente Projeto Básico.

7- VIGÊNCIA

7.1 - O prazo de vigência contratual é de 12(doze) meses, contados a partir da data prevista na Ordem de Serviço a ser expedida pela Coordenadoria de Apoio Administrativo – COAAD, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses.

8- REAJUSTE

8.1 - Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após o decurso de 12 (doze) meses, mediante prévia solicitação por parte da CONTRATADA, devidamente justificada e aceita pela CONTRATANTE nos termos da Lei, com base no índice IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

9- PAGAMENTO

9.1- O pagamento será efetuado após a certificação da prestação dos serviços pelo Gestor do Contrato, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias corridos da protocolização da nota fiscal no Protocolo Geral do TRE-PI;

9.2- O CONTRATANTE se reserva o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação da nota fiscal/fatura por parte do Fiscal do CONTRATO, este verificar que os serviços foram executados em desacordo com a especificação apresentada;

9.3- Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstâncias que impeçam liquidação da despesa, aquela será devolvida para que a empresa providencie as medidas saneadoras;

9.4- Nos hipóteses dos itens 9.2 e 9.3, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e a reapresentação da Nota Fiscal/Fatura, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;

9.5- Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e previdenciária, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, atualização monetária ou aplicação de penalidade ao TRE-PI;

9.6- Fica a empresa ciente que por ocasião do pagamento será verificada a situação da empresa quanto à regularidade perante o Fisco Federal.

10 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1 - A Gestão e a Fiscalização do Contrato (Art. 2º, Inciso XII da Res. TSE nº 23.234/2010) deverá ser exercida por servidor designado para tal fim através de portaria, conforme Minuta contida no

Anexo III deste Projeto Básico, cujas descrições e atribuições estão previstas nos subitens que seguem:

10.1.1 - FUNÇÕES ATRIBUÍDAS AO GESTOR DO CONTRATO

- a)** Coordenar e acompanhar toda a execução do contrato, verificando a prestação dos serviços de forma a assegurar o cumprimento do contrato, consolidando as informações repassadas pelo fiscal técnico do contrato;
- b)** Convocar o preposto da CONTRATADA a comparecer à unidade de vínculo da gestão do contrato, após a assinatura de contrato, para realizar a reunião de esclarecimento das obrigações contratuais, devidamente registrada em Ata, em que estejam presentes o gestor e fiscal técnico do contrato. Deverá ser estabelecido, ainda, cronograma de reuniões periódicas para garantir a qualidade da execução do contrato e os respectivos resultados, conforme disposto no art. 30 da Resolução TSE nº 23.234/2010;
- c)** Comunicar, formalmente, a Secretaria de Administração Orçamento e Finanças o descumprimento total ou parcial, por parte da contratada, das responsabilidades assumidas em contrato, indicando o dispositivo descumprido e sugerindo as medidas julgadas necessárias à regularização das faltas observadas;
- d)** Atestar a prestação dos serviços para os fins de pagamento da fatura mensal encaminhada pela CONTRATADA, consubstanciada nos atestes da Fiscalização Técnica da contratação, quando estabelecido;
- e)** Autuar e instruir, mediante autorização, procedimento administrativo para tratar de vigência contratual, repactuações, reajustes, prorrogações e para apuração de irregularidade por descumprimento total ou parcial do pacto, bem como para as demais situações ligadas à execução contratual;
- f)** Manter atualizado o processo de execução do contrato, com as informações de ocorrências da execução do contrato;
- g)** Manifestar-se, formalmente, sobre aditivos e prorrogações do contrato;
- h)** Cumprir e fazer cumprir nesta contratação, as determinações insertas na Resolução TRE-PI nº 146/2008 e Resolução TSE nº 23.234/2010;
- i)** Registrar em livro e/ou arquivo digital as ocorrências encaminhadas pela fiscalização e da própria gestão, a fim de que se tenha o histórico de falhas porventura cometidas pela CONTRATADA e as providências da gestão e fiscalização do pacto para o saneamento das mesmas.

10.1.2 - FUNÇÕES ATRIBUÍDAS AO FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO

- a)** Fazer-se presente no local da execução do contrato;
- b)** Auxiliar o Gestor na fiscalização da execução do contrato;
- c)** Comunicar ao Gestor sempre que necessário ou quando observar qualquer descumprimento na execução do contrato;
- d)** Observar as determinações insertas na Resolução TRE/PI n.º 146/2008 e o disposto na Seção IX, Capítulo III da Resolução TSE 23.234/2010;
- e)** Atestar, em documento apresentado pela contratada, a correta prestação dos serviços.
- f)** Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho de suas atividades;
- g)** Registrar em Livro e/ou arquivo digital os eventos relacionados com a execução dos serviços contratados, determinando o que julgar necessário à regularização das faltas observadas.

11 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR INADIMPLEMENTO

11.1- Fundamentado no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto n.º 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do Tribunal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal contratado, o CONTRATADO que:

11.1.1- apresentar documentação falsa;

11.1.2- ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3- falhar na execução do contrato;

11.1.4- fraudar na execução do contrato;

11.1.5- comportar-se de modo inidôneo;

11.5.6 – cometer fraude Fiscal;

11.5.7 – fazer declaração falsa.

11.2- Fundamentado nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

11.2.1- Advertência;

11.2.2- Multas de:

11.2.2.1- 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total adjudicado em caso de **atraso no início da execução dos serviços**;

11.2.2.2- 10% (dez por cento) sobre o valor anual adjudicado, em caso de **atraso no início da execução do objeto**;

11.2.2.3- 20% (vinte por cento) sobre o valor anual adjudicado, em caso de **inexecução total da obrigação assumida**;

11.2.3- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-PI, se, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução do Contrato, nos seguintes prazos e situações:

Por até 6 (seis) meses	<ol style="list-style-type: none">1. Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos financeiros para o TRE-PI;2. Execução insatisfatória do objeto contratado, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência ou multa do subitem 11.2.
Por até 2 (dois) anos	<ol style="list-style-type: none">1. Não conclusão dos serviços contratados;2. Prestação do serviço em desacordo com as solicitações do TRE-PI, não efetuando sua correção após solicitação do Tribunal;3. Cometimento de quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao TRE-PI, ensejando a rescisão do Contrato por culpa da CONTRATADA;4. Apresentação, ao TRE-PI, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de

comprovar, durante a execução do Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
--

11.2.4- Declaração de inidoneidade quando constatada má-fé, ações intencionais com prejuízos para o TRE-PI, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao TRE-PI ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da Contratada de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, podendo ser aplicada, dentre outros casos, quando:

11.2.4.1- Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.2.4.2- Praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.2.4.3- Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o TRE-PI, em virtude de atos ilícitos praticados;

11.2.4.4- Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio do TRE-PI.

11.3- As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pelo TRE-PI, da garantia contratual ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

11.4- A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no § 2º, art. 87, da Lei nº 8.666/93, e observado o princípio da proporcionalidade.

12- RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial do contrato, bem como a ocorrência de quaisquer das hipóteses configuradas no art. 78 da Lei 8.666/93, ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades aplicáveis

13- PROPOSTA

13.1 - Os orçamentos deverão ser encaminhados à Seção de Comunicação do TRE-PI, conforme Anexo I deste Projeto, e apresentar:

- a) Denominação e razão social da firma proponente;
- b) CNPJ da empresa;
- c) Assinatura do Sócio-gerente;
- d) Valor pela contraprestação dos serviços nos termos do Anexo I;
- e) A validade da proposta não poderá ser inferior a 60 dias.

13.2 - A contratada deverá apresentar juntamente com sua proposta:

13.2.1 - Declaração emitida pelo proprietário do sistema ALEPH, a empresa EX LIBRIS LTDA, com sede à Malha Tecnological Park Buiding 9 – Jerusalém – Israel, de que a empresa EXLBR TECNOLOGIA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.475.870/0001-66, é a única representante e distribuidora autorizada do sistema ALEPH 500 no Brasil;

13.2.2 - Declaração de que haverá, em dias úteis e durante horário comercial (08:00 às 18:00 horas), uma “Central de Atendimento” para abertura de chamado relativo a assistência técnica. Nela, ainda deverão constar o telefone e/ou 0800 apropriados a esse serviço, e o *site* da empresa. (*Modelo constante no Anexo II deste Projeto Básico*);

Teresina (PI), 10 de outubro de 2018.

Euchardes de Castro Costa
Seção de Comunicação do TRE-PI

ANEXO I

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

DADOS DA EMPRESA:

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

CNPJ: _____

TELEFONE: _____

Especificação do Serviço	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
Serviços de suporte técnico, pacotes de correções e das atualizações do Software ALEPH 500, 1 (uma) licença de acesso para 1 Sub-Biblioteca, 2 (duas) licenças de acesso para usuários Staff e 2 (duas) licenças de acesso para usuários OPAC Web a ser aplicado no âmbito do TRE/PI, no Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas.		

• Validade da Proposta: 60 dias.

· Declaramos que estão inclusos na proposta todos os tributos e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas.

Teresina, de outubro de 2018

Atenciosamente,

REPRESENTANTE DA EMPRESA

ANEXO II

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos, em atendimento ao previsto no item do contrato do **TRE/PI n.º**....., a prestação de serviço mediante “**Central de Atendimento**” para Assistência Técnica, em dias úteis, no horário comercial (08:00 às 18:00 horas).

Nome (razão social):

Inscrição Estadual:

CNPJ(MF):

Endereço:

CEP:

Cidade:

Fone:

Fone (0800):

Site na Internet :

Local e data

Assinatura e carimbo
(Representante Legal)

ANEXO III

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA nº xx/2018 TRE/PRESI/DG/SAOF/COAAD, de xx de xxxxx de 2018.

Designa servidores efetivos para o exercício das funções de Gestor e de Fiscal do Contrato TRE-PI nº xxx/2018, referente à prestação dos serviços de suporte técnico, pacotes de correções e das atualizações do Software ALEPH 500.

O DESEMBARGADOR SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a necessidade de se buscar nas execuções contratuais a concreção e realização dos princípios da economicidade, eficiência e eficácia administrativas;

Considerando que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, conforme disposto no art. 58, inciso III, art. 66 e 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei Geral das Licitações e Contratações);

Considerando que cabe à Administração Superior do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí designar servidor para acompanhar e fiscalizar a execução de contratos, nos termos do art. 2º da Resolução TRE/PI nº 146/2008;

Considerando o disposto na Resolução TSE nº 23.234/2010, na Instrução Normativa nº 05/2017 SLTI/MPOG, no Acórdão nº 1214/2013-TCU/Plenário, nas recomendações contidas no Relatório de Auditoria da COCIN/TRE-PI, expostas no PAD nº 001122/2016 e na decisão da Presidência deste Tribunal (PAD nº 1269/2016),

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor JOÃO JOSÉ RODRIGUES ALVES, lotado na Coordenadoria de

Jurisprudência e Documentação – COJURD, como Gestor do Contrato TRE-PI nº xxx/2018, que trata da prestação dos serviços de suporte técnico, pacotes de correções e das atualizações do Software ALEPH 500, e, nos seus impedimentos legais, ausências, substituições ou afastamentos, a fiscalização será realizada pelo servidor JOSÉ ALVES SIQUEIRA FILHO, Analista Judiciário, lotado na Seção de Jurisprudência e Biblioteca – SEJUB, cujas atribuições estão definidas no item 10 do Projeto Básico que norteou a contratação.

Art. 2º Designar a servidora JOVITA MARIA GOMES OLIVEIRA, Analista Judiciária, lotada na Seção de Jurisprudência e Biblioteca – SEJUB, como Fiscal Técnica do Contrato TRE-PI nº xxx/2018, que trata da prestação dos serviços de suporte técnico, pacotes de correções e das atualizações do Software ALEPH 500, e, nos seus impedimentos legais, ausências, substituições ou afastamentos, a fiscalização será realizada pela servidora ELIZETE LOIOLA, Analista Judiciária, lotada na Seção de Jurisprudência e Biblioteca – SEJUB, cujas atribuições estão definidas no item 10 do Projeto Básico que norteou a contratação.

Art. 3º As atribuições de gestão e fiscalização, tanto dos titulares como dos substitutos eventuais, deverão recair em servidores lotados na unidade interessada pelo serviço.

Art. 4º - Os casos omissos serão apreciados e resolvidos pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do TRE-PI.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Des. SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS

Presidente do TRE-PI



Documento assinado eletronicamente por **Euchardes de Castro Costa, Técnico Judiciário**, em 23/10/2018, às 08:46, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0673875** e o código CRC **FAFCE406**.

Criado por [euchardes.costa](#), versão 14 por [euchardes.costa](#) em 22/10/2018 14:55:41.



EXLBR Tecnologia Soluções e Serviços EIRELI

Rua Vieira de Moraes, 420 cj. 64 – Campo Belo
CEP 04617-000 – São Paulo – SP
Tel: (11) 5533 5335
Fax: (11) 5093 3710
CNPJ: 07.475.870-0001/66

São Paulo, 18 de outubro de 2018.

Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
A/C Sr. Euchardes Castro Costa

Prezado Senhor,

Apresento-lhe proposta comercial para manutenção mensal continuada do sistema ALEPH 500, para uma sub-biblioteca, duas licenças de trabalho (STAFF) e duas licenças de pesquisa (Web OPAC), que inclui suporte técnico por telefone e e-mail, para solução de dúvidas e problemas operacionais, disponível nos dias úteis (de 2ª a 6ª feira) em horário comercial (8h às 18h).

Total anual:

R\$ 5.728.80

Parcelas mensais de:

R\$ 477,40

O IPCA acumulado dos últimos 12 meses (setembro/2017 a agosto/2018) é de 4,1927%. Aplicamos o reajuste de 3% sobre o valor de manutenção atual, conforme solicitado pela nossa matriz. Ressalto que não foi aplicado reajuste na última renovação contratual.

Caso o TRE-ES opte por um contrato de 12 meses renovável até 60%, deve ser incluída uma cláusula de reajuste anual pelo IPCA ou outro índice que o TRE considerar mais adequado.

Proposta válida por 90 dias.

Estou à disposição para dirimir quaisquer dúvidas.

Atenciosamente,

Letícia Caldas
Diretora

Zimbra

euchardes.costa@tre-pi.jus.br

RES: REITERO: TRE do Piauí solicita orçamento para fins de contratação (prestação de serviços de suporte técnico, pacotes de correções e das atualizações do Software ALEPH 500).

De : Letícia Caldas <leticia@exl.com.br>

Qui, 18 de out de 2018 11:22

Assunto : RES: REITERO: TRE do Piauí solicita orçamento para fins de contratação (prestação de serviços de suporte técnico, pacotes de correções e das atualizações do Software ALEPH 500).

 6 anexos

Para : 'Euchardes Castro Costa' <euchardes.costa@tre-pi.jus.br>

Euchardes,

Bom dia.

Peço desculpas pela demora no envio.

Segue em anexo a proposta e a certidão de exclusividade.

Até mais,

Letícia

 **Letícia Caldas**
EXLBR | Diretora
leticia@exl.com.br
11 5533 5335 / 11 989383637

De: Euchardes Castro Costa [mailto:euchardes.costa@tre-pi.jus.br]

Enviada em: quarta-feira, 17 de outubro de 2018 09:01

Para: leticia <leticia@exl.com.br>

Assunto: REITERO: TRE do Piauí solicita orçamento para fins de contratação (prestação de serviços de suporte técnico, pacotes de correções e das atualizações do Software ALEPH 500).

Prioridade: Alta

Prezada Senhora Letícia Caldas, Bom dia !!

REITERO a solicitação em tela.

Atenciosamente,

Euchardes de Castro Costa - Seção de Comunicações do TRE-PI

Contato: [\(86\)2107-9856](tel:(86)2107-9856)

De: "euchardes costa" <euchardes.costa@tre-pi.jus.br>

Para: "leticia" <leticia@exl.com.br>

Enviadas: Segunda-feira, 15 de outubro de 2018 10:16:39

Assunto: RES: RES: TRE do Piauí solicita orçamento para fins de contratação (prestação de serviços de suporte técnico, pacotes de correções e das atualizações do Software ALEPH 500).

Prezada Senhora Letícia Caldas, Bom dia !!

Estamos no aguardo.

Atenciosamente,

Euchardes de Castro Costa - Seção de Comunicações do TRE-PI

Contato: [\(86\)2107-9856](tel:(86)2107-9856)

De: "leticia" <leticia@exl.com.br>

Para: "euchardes costa" <euchardes.costa@tre-pi.jus.br>

Cc: "euchardes" <euchardes@gmail.com>

Enviadas: Quarta-feira, 10 de outubro de 2018 9:04:52

Assunto: RES: TRE do Piauí solicita orçamento para fins de contratação (prestação de serviços de suporte técnico, pacotes de correções e das atualizações do Software ALEPH 500).

Prezado Euchardes,

Bom dia.

Verificarei o projeto e encaminharei a proposta até a próxima segunda-feira.

Obrigada,

Letícia

 **Letícia Caldas**
EXLBR | Diretora
leticia@exl.com.br
11 5533 5335 / 11 989383637

De: Euchardes Castro Costa [<mailto:euchardes.costa@tre-pi.jus.br>]

Enviada em: quarta-feira, 10 de outubro de 2018 08:28

Para: leticia <leticia@exl.com.br>

Cc: euchardes <euchardes@gmail.com>

Assunto: TRE do Piauí solicita orçamento para fins de contratação (prestação de serviços de suporte

técnico, pacotes de correções e das atualizações do Software ALEPH 500).

Prioridade: Alta

Ilma. Sr^a.

Letícia Prestes Caldas

Representante Legal da empresa EXLBR Tecnologia , Soluções e Serviços LTDA.

São Paulo - SP

Prezada Senhora Representante Legal,

Tendo em vista que o Contrato TRE-PI nº 04/2014, cujo objeto é a prestação de serviços de suporte técnico, pacotes de correções e das atualizações do Software ALEPH 500, terá sua vigência encerrada em 27 de janeiro de 2019, não devendo mais ser prorrogado, visto ter cumprido o período de 60 meses previsto no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, e considerando a necessidade deste Tribunal de realizar uma nova contratação, encaminhamos a V. Sa. o Projeto Básico nº 88/2018 (em anexo) para análise e posterior envio de orçamento (conforme planilha descrit no Anexo I, constante no referido projeto) à Seção de Comunicação deste TRE-PI.

Visando celeridade do processo, solicitamos o envio do orçamento em um prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento deste, **como também**, envio da cópia da **CERTIDÃO DE EXCLUSIVIDADE** da prestação dos serviços aqui tratados.

Caso a Empresa não tenha interesse, por gentileza, manifestar-se por escrito explicitando o motivo dentro do prazo supracitado. .

Ficamos no aguardo.

POR FAVOR, CONFIRMAR O RECEBIMENTO DESTES.

Atenciosamente,

Euchardes de Castro Costa - Seção de Comunicações do TRE-PI

Contato: [\(86\)2107-9856](tel:(86)2107-9856)



Proposta_ALEPH_TRE-PI_man_2019.pdf

127 KB



Certidao_ABES_01-03-2019.pdf

166 KB
